

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA
INSTITUTO DE LETRAS

DECISÃO 01/2021

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições regimentais, reunido no dia 08 de junho de 2021,

DECIDE:

ARTIGO 1º. Implementar, normatizar e estabelecer metas para a Política de Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense, incluindo-se os seguintes grupos com vagas reservadas: negros (pretos e pardos), indígenas (povos originários), pessoas com deficiência, pessoas trans (binárias, não-binárias e travestis).

§1º- A Política de Ações Afirmativas inicia-se nos editais de ingresso de mestrado e doutorado de 2021, reservando-se o percentual a seguir para os diferentes grupos: 30% das vagas de mestrado para pessoas negras (pretas e pardas), 10% para pessoas indígenas, 5% para pessoas com deficiência e 5% para pessoas trans (binárias, não-binárias, transexuais e travestis).

a) Os percentuais previstos nesse parágrafo deverão estar de acordo com a disponibilidade de vagas em cada ingresso por subárea, adaptando-se em razão matematicamente proporcional ao total do número de vagas em expressão numérica inteira, ficando excluída a possibilidade de parcelamento de uma vaga inteira. Caso o número de vagas por subárea não seja passível de divisão proporcional entre os grupos, o percentual de vagas de ação afirmativa não será dividido em grupos. No caso de sobreposição de grupos, a vaga reverterá sempre para o candidato com a maior pontuação no processo seletivo.

§2º- Relativamente às vagas para o doutorado, havendo a oferta de mais de uma vaga por docente, a segunda vaga será atribuída ao candidato cotista aprovado com maior pontuação final, quando houver candidatos cotistas inscritos para tais vagas. No caso de vaga única, não se aplicará o regime de cotas.

§3º- Caso as vagas dos sistemas de ampla concorrência ou de ação afirmativa não sejam preenchidas, haverá redistribuição de um sistema para outro.

§4º- A classificação final do processo seletivo estabelecerá a divisão de classificação em dois grupos:

- a) ampla concorrência;
- b) ações afirmativas.

§5º- A comissão de bolsas atribuirá as bolsas de estudo por ordem decrescente de classificação, de acordo com os critérios do edital e com a disponibilidade de bolsas, de forma intercalada, iniciando a contagem pelo(a) candidato(a) da lista de ações afirmativas.

ARTIGO 2º: Cabe ao colegiado do programa de pós-graduação, considerando-se as sugestões da AFIDE - Comissão Consultiva para Ações Afirmativas, de Diversidade e Equidade, apresentar, propor e estabelecer ações progressivas de comprovação étnica e de gênero dos candidatos.

§1º- Inicialmente, adotará a autoidentificação, incluindo no formulário de inscrição on-line as seguintes questões:

a) “Você se declara negro(a), tendo características físicas/fenotípicas desse grupo, e opta por participar da política de reserva de vagas para candidatos negros?”;

b) “Você se declara negro(a), tendo características físicas/fenotípicas desse grupo, e opta por não participar da política de reserva de vagas para candidatos negros, aderindo à ampla concorrência?”;

c) “Você se declara indígena, tendo características físicas/fenotípicas desse grupo e pertencente a uma comunidade originária reconhecida, e opta por participar da política de reserva de vagas para candidatos indígenas?”;

d) “Você se declara indígena, tendo características físicas/fenotípicas desse grupo e pertencente a uma comunidade originária reconhecida, e opta por não participar da política de reserva de vagas para candidatos indígenas, aderindo à ampla concorrência?”;

e) “Você se declara pessoa trans (binária, não-binária ou travesti) e opta por participar da política de reserva de vaga para candidatos trans?”

f) “Você se declara pessoa trans (binária, não-binária ou travesti) e opta por não participar da política de reserva de vaga para candidatos trans, aderindo à ampla concorrência?”

g) “Você se declara pessoa com deficiência e opta por participar da política de reserva de vaga para candidatos com deficiência?”

h) “Você se declara pessoa com deficiência e opta por não participar da política de reserva de vaga para candidatos com deficiência, aderindo à ampla concorrência?”

j) “Prefiro não declarar e, portanto, reconheço que participarei da ampla concorrência.”

k) Os candidatos que se declararem deficientes e optarem por concorrer à vaga específica deverão apresentar laudo médico comprobatório, com indicação que atenda às categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004.

l) Os candidatos que se declararem indígenas e optarem por concorrer à vaga específica deverão apresentar declaração do líder da comunidade indígena a que pertence.

§2º - Faculta-se aos candidatos com direito à reserva de vagas étnicas e de gênero a opção de participarem ou não da política de ações afirmativas. Tal opção somente poderá ser feita no ato da inscrição, não podendo ser alterada durante o processo seletivo.

§3º Cabe ao PPG em Estudos de Literatura envidar esforços para que pessoas com deficiência participem do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidato(a)s, no que se refere a, no dia e na hora do exame, terem condições de acesso ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, horário e local de aplicação das provas.

a) Cabe ao PPG em Estudos de Literatura discutir possíveis adaptações ou recursos necessários para a participação das pessoas com deficiência no Processo Seletivo e, caso aprovadas, nos atos acadêmicos do programa.

§4º - Nos processos seletivos posteriores ao de 2021, o Programa buscará criar uma Comissão de Heteroidentificação multidisciplinar.

ARTIGO 3º: Cabe ao colegiado do programa de pós-graduação assegurar os direitos linguísticos dos candidatos, quando estes tenham sido educados em uma língua distinta do português reconhecida dentro do território nacional (línguas indígenas e LIBRAS) e tenham concomitantemente realizado a escolarização e a graduação dentro do território nacional.

§1º- Candidatos ao Mestrado, indígenas e surdos, que não tenham o português como língua materna, estarão isentos da prova de língua instrumental, desde que comprovem a fluência nas suas linguagens de origem.

§2º- Todos os candidatos ao Doutorado não estão isentos da prova de língua instrumental, nos termos do edital.

ARTIGO 4º: Criar a Comissão Consultiva para Ações Afirmativas do PosLit UFF, decorrente dos trabalhos do GT Ações Afirmativas instituído em 2020. Esta comissão deverá ser formada por representantes docentes, discentes, técnicos administrativos e trabalhará em diálogo com os movimentos sociais negros, indígenas e lgbtqi+. A essa comissão caberá o acompanhamento das atividades do programa relacionadas a políticas afirmativas. Os integrantes da Comissão serão indicados pelo Colegiado a cada dois anos.

ARTIGO 5º: Além de determinar a reserva de vagas, cabe também ao PPG PosLit, através Comissão Consultiva para Ações Afirmativas do PosLit UFF, sugerir mecanismos de permanência dos cotistas no PPG, de diversas naturezas, tais como:

a) Auxiliar o PPG na pesquisa e no desenvolvimento de ações de apoio e integração voltadas para os grupos contemplados pelas ações afirmativas.

b) Incentivo a eventos que discutam temas como diversidade étnico-racial, gênero, sexualidade, inclusão, como seminários, colóquios, semana da diversidade e outros;

c) Estímulo a pesquisas que contemplem essas mesmas temáticas.

O Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense reserva-se o direito de, a qualquer momento, exigir dos candidatos que comprovem a veracidade das informações, podendo haver o encaminhamento de suas declarações ou informações prestadas no Processo Seletivo para a Comissão de Verificação da Autodeclaração de Raça/Etnia no acesso às Cotas e/ou outras instâncias da Universidade Federal Fluminense, podendo acarretar a perda da vaga em qualquer momento. Em caso de declaração falsa, possíveis às sanções como as previstas no Decreto-lei nº 2.848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, dentre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da UFF.

Niterói, 08 de junho de 2021.